

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**

**Jairo Ronaldo Reichert**

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO  
NO MUNICÍPIO DE ROLANTE**

**Rolante  
2012**

**Jairo Ronaldo Reichert**

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO  
NO MUNICÍPIO DE ROLANTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Rosinha da Silva Machado Carri

**Rolante  
2012**

**Jairo Ronaldo Reichert**

**IMPACTO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA EDUCAÇÃO  
NO MUNICÍPIO DE ROLANTE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em            de            de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Sidinei Rocha de Oliveira

---

Prof. Pedro de Almeida Costa

À minha família,  
pela colaboração e  
incentivo.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, por nos oferecer a dádiva da vida;

À família pelo apoio em cada recomeço;

Aos professores, tutores e colegas pelos ensinamentos e incentivos;

À Secretária de Assistência Social de Rolante, Alzira Rippel, e aos demais componentes da secretaria e da administração municipal, que contribuíram para realização deste trabalho;

À oportunidade de cursar uma Pós-Graduação e me tornar um Especialista em Gestão Pública Municipal.

*“Queira  
Basta ser sincero e desejar profundo  
Você será capaz de sacudir o mundo  
Tente outra vez*

*...  
Não diga que a vitória está perdida  
Se é de batalhas que se vive a vida  
Tente outra vez”*

Raul Seixas, Paulo Coelho, Marcelo Motta

1975

## RESUMO

O presente trabalho apresenta o estudo do impacto do Programa Bolsa Família na Educação Básica da rede de ensino municipal do município de Rolante/RS. Investiga em que medida o Programa Bolsa Família atingiu seus objetivos no índice de frequência e evasão escolar dos alunos beneficiários do Programa. O estudo foi baseado em dados do Projeto Frequência, fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura do município de Rolante/RS e do Índice de Desenvolvimento Econômico e Social da Fundação de Economia e Estatística, entrevistas com a Secretária de Assistência Social de Rolante e com a Assistente Social responsável pelo Centro de Referência e Assistência Social do município. Descreve o Programa Bolsa Família, caracteriza a rede de ensino público municipal de Rolante/RS, estuda os índices de frequência escolar para alunos beneficiários do Programa e o índice de evasão escolar na educação pública municipal do município de Rolante/RS. O estudo aponta que 37% dos alunos matriculados na Educação Básica da rede de ensino público municipal de Rolante/RS são beneficiários do Programa Bolsa Família. Os índices de aprovação escolar, abandono escolar e distorção idade/série apresentaram resultados positivos a partir de 2008, ano seguinte à implantação, pelo Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, do Cadastro Único para programas sociais do governo federal. Entre 2006 e 2010, período em estudo, os índices de aprovação escolar passaram de 88,30% para 94,9%, a distorção idade/série caiu 4,30% e a taxa de abandono escolar passa de 2,5% para 0,3%. O estudo trabalha ainda o quantitativo de alunos na situação de reprovados, distorção idade/série e de abandono escolar, neste grupo o índice de reprovação escolar cai 56,14%, a distorção idade/série cai 20% e o abandono escolar reduz em 88%. Baseado nos resultados obtidos neste estudo, que tomou como referência o ano de 2006, pode-se afirmar que o Programa Bolsa Família tem influência positiva na Educação Básica da Rede de Ensino Público do município de Rolante/RS. Essa afirmativa se evidencia na majoração progressiva dos índices de aprovação escolar e na expressiva redução da taxa de evasão escolar.

**Palavras-chave:** Programa Bolsa Família, evasão escolar, frequência escolar, aprovação escolar.

## ABSTRACT

The present work shows the impact study of Bolsa Família's Program on basic education of municipal school from Rolante/RS. It investigates on which dimension Bolsa Família's Program achieved its aims on the frequency and truancy index of students benefited from the Program. The study was based on data of Frequency Project, supplied by the Municipal Departments of Education, Sport and Culture of Rolante/RS and Social and Economic Development Index of Economic and Statistic Foundation, interviews with Social Assistance's secretary of Rolante and with the Social Assistant responsible for Center Reference and Social Assistance. It describes Bolsa Família's Program, characterizes Rolante's Municipal Public Education, and studies the scholar frequency indexes of students benefited of the Program and the truancy index of Rolante's Municipal Public Education. The study points out that 37% of students enrolled on Basic Education of Rolante's Municipal Public Education are benefited of Bolsa Família's Program. The indexes of scholar approval, scholar abandonment and age/level distortion show positive results from 2008 on, the year after implantation, by Decree 6.135 of June 26, 2007 on *Cadastramento Único* for social programs of federal government. Between 2006 and 2010, period in study, the indexes of scholar approval increased from 88,30% to 94,9%, the distortion age/level decreased 4,30% and scholar abandonment rate decreased from 2,5% to 0,3%. The study also shows the quantitative of students in situation of reprovving, distortion age/level and scholar abandonment, in this group the reprovving index decreases 56,14%, and distortion age/level decreases 20% and scholar abandonment decreased 88%. Based on results obtained in this study, taking as reference the year of 2006, it is possible to state that Bolsa Família's Program has a positive influence on Municipal Basic Education in Rolante/RS. This affirmative takes evidence on progressive rising of the scholar approval indexes and on the expressive reducing of scholar truancy rate.

**Key-words:** Bolsa Família's Program, scholar truancy, scholar frequency, scholar approval.



**LISTA DE TABELAS**

<b>Tabela 1 - Famílias extremamente pobres (renda familiar por pessoa de até R\$ 70,00) .....</b>	<b>25</b>
<b>Tabela 2 - Famílias pobres (renda familiar por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00) .....</b>	<b>25</b>
<b>Tabela 3 - Indicadores da Educação Básica da Rede de Ensino Municipal do Município de Rolante/RS no período de 2006 à 2010 .....</b>	<b>32</b>
<b>Tabela 4 - Indicadores para grupos de 100 alunos matriculados na Educação Básica do ensino municipal em Rolante período 2007 a 2010 tomando por base o ano de 2006.....</b>	<b>32</b>
<b>Tabela 5 - Presença de alunos, faixa etária 06 a 15 anos, contemplados com PBF na Educação Básica da Rede Municipal no Município de Rolante nos anos de 2007 a 2010 .....</b>	<b>33</b>
<b>Tabela 6 - presença de alunos, faixa etária 16 a 17 anos, contemplados com PBF na Educação Básica da Rede Municipal no Município de Rolante no Ano de 2008 a 2010 - mês de novembro .....</b>	<b>34</b>

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BVJ – Bolsa Variável Jovem  
CRAS – Centro de Referência de Assistência Social  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico  
IHD – Índice de Desenvolvimento Humano  
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome  
MEC – Ministério da Educação e Cultura  
PBF – Programa Bolsa Família  
PNAD – Pesquisa Nacional de Amostragem Domiciliar  
PNAA – Programa Nacional de Acesso à Alimentação  
SMEEC – Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura  
SUAS – Sistema Único de Assistência Social  
SUS – Sistema Único de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
<b>1 PROBLEMA</b> .....	13
<b>2 OBJETIVOS</b> .....	14
2.1 OBJETIVO GERAL .....	14
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	14
<b>3 JUSTIFICATIVA</b> .....	15
<b>4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS</b> .....	16
<b>5 DÍVIDA SOCIAL</b> .....	17
<b>6 POLÍTICAS PÚBLICAS</b> .....	20
<b>7 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA</b> .....	22
7.1 NORMATIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA .....	24
<b>8 MUNICÍPIO DE ROLANTE</b> .....	27
8.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE ROLANTE .....	28
<b>9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	36
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	39

## INTRODUÇÃO

O município de Rolante/RS, segundo Censo/2010 do IBGE<sup>1</sup>, conta com 19.485 habitantes. A rede municipal de Ensino Fundamental do município é composta por onze escolas, destas, quatro estão localizadas na zona urbana do município e sete no interior. Conforme dados do IDESE<sup>2</sup>(2010), o Ensino Fundamental da Rede Municipal do município de Rolante/RS registrou 1.702 matrículas iniciais em 2010.

No mês de novembro de 2010, conforme dados do Ministério de Educação e Cultura - Projeto Presença (2010), 630 alunos matriculados na rede de ensino em questão eram beneficiários do Programa Bolsa Família.

O Programa Bolsa Família, de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social, é parte integrante do programa “Fome Zero”, instituído no Brasil em função da alta desigualdade apresentada no Índice de Desenvolvimento Humano. Foi criado pela Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, cujo artigo 1º estabelece que será destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades. A renda transferida no Programa é oriunda do Governo Federal, que com sua criação unificou ações como Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Programa de Auxílio-Gás.

As condicionalidades do Programa Bolsa Família com relação à educação consistem em duas exigências: cabe aos pais ou responsáveis, primeiramente matricular as crianças e adolescentes de 6 a 17 anos na escola e também garantir sua frequência escolar em pelo menos 85% das aulas (para idades de 6 a 15 anos) e em 75% (para idades de 16 e 17 anos).

A realização efetiva das finalidades de programas como este e suas amplas consequências, sejam positivas ou negativas, geram grande discussão no país e remete à questão: qual a contribuição efetiva do Programa Bolsa Família na Educação Básica, que contempla alunos na faixa etária de 06 a 17 anos, na rede pública escolar do município de Rolante/RS?

---

<sup>1</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

<sup>2</sup> IDESE - Índice de Desenvolvimento Socioeconômico.

Neste contexto, o trabalho tem o objetivo de investigar em que medida o Programa Bolsa Família conseguiu atingir os benefícios previstos para população de crianças e adolescentes em fase de Educação Básica, contemplados com o Programa na rede Municipal de Ensino Fundamental do município Rolante/RS.

No que se refere às condicionalidades do Programa Bolsa Família, o estudo caracteriza os índices de evasão e frequência escolar na população em fase de Educação Básica no município de Rolante no Rio Grande do Sul em 2007, 2008, 2009 e 2010 tomando por base o ano de 2006.

## **1 PROBLEMA**

Qual a contribuição efetiva do Programa Bolsa Família na Educação Básica, que contempla alunos na faixa etária de 06 a 17 anos, na rede pública escolar do município de Rolante/RS?

## 2 OBJETIVOS

### 2.1 OBJETIVO GERAL

Investigar em que medida o Programa Bolsa Família conseguiu atingir os benefícios previstos para a população em fase de educação básica no município de Rolante no Rio Grande do Sul no período de 2007 a 2010.

### 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a. Descrever o Programa Bolsa Família;
- b. Caracterizar a rede de ensino público municipal de Rolante-RS;
- c. Caracterizar os índices de evasão e frequência escolar na população em fase de Educação Básica no município de Rolante no Rio Grande do Sul, existentes em 2006;
- d. Caracterizar os índices de evasão e frequência escolar na população em fase de Educação Básica no município de Rolante no Rio Grande do Sul em 2007, 2008, 2009 e 2010;
- e. Analisar se a situação melhorou ou piorou no referido município no período entre 2006 e 2010.

### 3 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a defesa de programas de distribuição de renda vem de longa data, a exemplo do que precursoramente, em 1975, defendia Antonio Maria da Silveira: uma renda mínima para o cidadão, que consistiria em espécie de imposto de renda negativo. Essa afirmação consta no artigo “Programa Fome Zero do Presidente Lula e as Perspectiva de Renda Básica e a Cidadania no Brasil”, escrito pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy<sup>3</sup> (2003, p. 67).

A realização efetiva das finalidades desses programas e suas amplas consequências, sejam positivas ou negativas, são objetos de grande discussão no país. O estudo aqui projetado tem o intuito de explorar, dentro do município de Rolante/RS (segundo censo de 2010, do IBGE, com 19.485 habitantes) o programa Bolsa Família, com enfoque na Educação Básica, que é parte do programa “Fome Zero”, instituído no Brasil em função da alta desigualdade social apresentada no Índice de Desenvolvimento Humano.

O Programa Fome Zero, juntamente com o Bolsa Família, são programas de distribuição de renda que buscam eliminar a miséria e estimular o cidadão menos favorecido a alcançar uma melhor condição de vida através da escola e dos programas de trabalho e renda. Desde sua criação, esses programas foram fortalecidos e mudaram a vida de muitos cidadãos.

Evidentemente, é instigante saber da aplicação de programas como esses no município onde vivemos devido a sua importância, sua finalidade para a população e sua abrangência. É importante produzir estudos cujos resultados poderão contribuir para a melhoria da operacionalização local do programa Bolsa Família, considerando seus resultados efetivos no município de Rolante. Atualmente, parte da sociedade brasileira, mesmo com os resultados divulgados pelo Governo, critica fortemente os programas de transferência de renda. Sendo assim, é importante a realização de pesquisa para análise devida dessas questões e da procedência dessas críticas.

---

<sup>3</sup> SUP LIC Y. E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as Perspectivas de Renda Básica e a Cidadania no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v. 12, n.1, jan.-Jun. 2003. p. 61-71. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/09.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.



#### **4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Os tipos de pesquisa utilizados no trabalho serão os da pesquisa exploratória, inclusive de opinião.

A abordagem da pesquisa se valerá de análise comparativa, uma vez que traçará uma comparação entre dados acerca do Programa Bolsa Família dentro de um determinado período de tempo.

As informações teóricas referentes ao Programa serão levantadas na bibliografia disponível. Serão buscadas informações expressas em documentos da municipalidade e em livros, artigos, revistas, informações disponibilizadas pelo Governo Federal, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, etc. para embasar o referencial teórico a fim de, a partir delas, realizar esclarecimentos, críticas, análises.

A pesquisa se valerá do método comparativo, uma vez que traçará uma comparação entre dados de um determinado período.

A técnica utilizada para pesquisa será a bibliográfica, com base em dados secundários, pois serão buscadas informações já existentes expressas em documentos da municipalidade e em livros, artigos, revistas, informações disponibilizadas pelo Governo Federal, Caixa Econômica Federal e Ministério das Cidades, etc. para embasar o referencial teórico a fim de, a partir delas, realizar esclarecimentos, críticas, análises.

## 5 DÍVIDA SOCIAL

Este capítulo discorre sobre programas de redistribuição de renda no Brasil, bem como das diferentes correntes de pensamento a respeito destas políticas públicas, com foco no Programa Bolsa Família, que é parte do programa Fome Zero, dentro do município de Rolante/RS, atentando aos aspectos de abrangência e aplicação prática na Educação Básica da rede municipal de ensino.

No Brasil, implantar políticas públicas de redistribuição de renda sempre foi uma necessidade, mas a forma e o momento em que deve ser feita esta redistribuição de renda difere de uma teoria econômica para outra (LANGONI, 1978, p. 128)<sup>4</sup>.

Historicamente, o Brasil, descoberto e colonizado por Portugal, foi utilizado em primeiro momento para contribuir para o sustento da Coroa Portuguesa por meio de um comércio planejado que assegurava seus interesses. A partir de 1534, segundo Petta<sup>5</sup>, para garantir a posse da colônia, o território brasileiro foi dividido em capitanias hereditárias e entregue a particulares, denominados capitães-donatários. Os donatários dessas capitanias, para viabilizar sua exploração, as dividiam em sesmarias e repassavam a pessoas de confiança sua administração. Tais ações originaram a concentração de terras nas mãos de poucos e precursoraram a concentração de renda, conhecimento e cultura no Brasil.

As crises econômicas pelas quais passou o Brasil contribuíram muito para o crescimento da concentração de renda e, por consequência, para a desigualdade social. Para superar esses momentos de crise e aumentar o crescimento econômico, o pensamento de alguns economistas era de que seria necessário que a renda se concentrasse nas mãos de quem tivesse condições de consumir bens duráveis. Esta ação governamental é descrita por Langoni (1978, p. 126)<sup>6</sup> e embasada quando analisa as mudanças na distribuição da renda no Brasil na década de 1960/1970. Mencionando dados censitários da referida década, o autor aponta que a renda média dos 10% mais ricos aumentou cumulativamente cerca de 67%, enquanto para

---

<sup>4</sup> LANGONI, C.G. **A Economia da Transformação**: Mudanças na distribuição de renda no Brasil. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1978.

<sup>5</sup> PETTA, N.L. de O Sistema Colonial. **UNO Sistemas de Ensino**. América Portuguesa. Módulo de História. [S.l.: S.n., 200-].

<sup>6</sup> LANGONI, 1978.

os 10% mais pobres, o acréscimo foi de 28%. Ainda, segundo Longoni (1978), no Brasil, economistas, para retirar o país da crise, a partir de 1967, utilizaram o processo de concentração de renda, e um dos mecanismos foi o da redução do valor real dos salários.

Os brasileiros, na década de 1970 a 1980, muito ouviram falar que primeiro o bolo teria que crescer para depois ser dividido. Essa frase, pronunciada várias vezes pelo então Ministro da área econômica Antonio Delfim Netto<sup>7</sup>, em entrevistas, ratifica o que escreve Langoni (1978) com relação às teorias econômicas postas em prática no Brasil.

A concentração de renda produz desigualdade não apenas nos fatores econômicos e, caso fosse somente nesse aspecto, seus efeitos não produziram tantos problemas sociais. O desequilíbrio na distribuição de renda fere um dos princípios básicos da democracia: o da igualdade social. A frustração deste princípio retira de muitos cidadãos o direito a alimentação com nutrição adequada criando, como consequência, grandes dificuldades para as crianças receberem a educação escolar.

É a educação escolar que permite às crianças construir e elevar o seu conhecimento, prever por ela educação, uma possibilidade de futuro com condições melhores. A alimentação inadequada prejudica, então, indiretamente, também a cultura do país, considerando que a fome e a desnutrição conduzem o cidadão a um estado de inércia motivado pela inanição física e mental. Sobre desnutrição e analfabetismo, o autor Valente (2002, p. 27) diz:

A fome, a desnutrição e o analfabetismo constituem-se, portanto, em desumanização. Consistem na negação do direito de acesso à riqueza socialmente produzida pelas sociedades humanas e pela humanidade ao longo de toda sua história, seja sob a forma de alimento, seja sob a forma de informação, conhecimentos científicos, cultura e história.<sup>8</sup>

A fome, a desnutrição e o analfabetismo são resultados da concentração de renda que nega à população o direito de acesso à riqueza. Cabe salientar o que

---

<sup>7</sup> Antonio Delfim Netto, Professor de Economia da USP, foi Secretário da fazenda de São Paulo, Ministro da Fazenda no governo Costa e Silva, nomeado embaixador brasileiro na França pelo presidente Geisel (1974-1979), no governo do presidente Figueiredo foi nomeado ministro da agricultura passando logo após para o ministério do planejamento.

<sup>8</sup> VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

escreve Valente (2002), com relação a essas riquezas fundamentais: “como a capacidade de produzir alimentos, cultura, conhecimento e história deveria ser patrimônio da humanidade”, e por isso deve estar à disposição e principalmente ao alcance de todos, pois é construída de forma constante pela humanidade, sem considerar divisão geográfica ou social ou período de tempo.

Atualmente, no Brasil, membros da área econômica tendem a incorporar as teorias defendidas por sociólogos, religiosos, humanistas no que tange ao desenvolvimento social. Da mesma forma o governo, por meio de políticas públicas, tem o propósito de melhorar o Índice de Desenvolvimento Humano (IHD), indicador que orienta governos e órgãos internacionais e é composto predominantemente por itens que valorizam a dignidade humana. O controle de organizações internacionais e de entidades que atuam em prol do cidadão tem papel importante ao pressionar os órgãos governamentais a investir em políticas direcionadas a melhorar a condição de vida do cidadão, mas é fundamental a determinação dos governos em priorizar o social.

No livro *Direito Humano à Alimentação*, o autor diz que, tratando-se de alimentação, deve-se incorporar ao tema elementos sobre a produção, quais sejam: o que produzir, como produzir, onde produzir. Mas salienta que, além disso, a alimentação incorpora itens como carinho, criatividade, amor, socialização, espiritualidade e religiosidade e cita o seguinte: “Nós tomamos a terra emprestada de nossos descendentes, temos que ser capazes de devolvê-la como a recebemos, ou melhor”<sup>9</sup>. O Pensamento de Valente está presente na concepção dos programas de distribuição de renda, como o Programa Fome Zero, pela questão da dignidade humana e também pela questão nutricional. A nutrição é fundamental para o cidadão ter condições de saúde para buscar alfabetização e conhecimento. O Programa Bolsa Família, por suas condicionalidades, conduz a criança para cidadania, pela educação, que leva à obtenção do conhecimento. Esta é uma forma de devolver a “terra em igual ou melhor condição” à sociedade atual e vindoura, o que significa devolver a dignidade humana a quem teve esse direito ceifado pela manutenção da hierarquia de classes, geração após geração.

---

<sup>9</sup> VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.

## 6 POLÍTICAS PÚBLICAS

Considerando o senso comum, existe uma tendência muito forte a classificar política como o ato eleitoral e não raro classificar como ato pejorativo. Com esse entendimento, a importância das políticas públicas para sociedade fica desconhecida. No Brasil, o tema Políticas Públicas passou a ser tratado com abrangência a partir da década de 70 e surgiu com o agravamento dos problemas sociais.

As diferenças das necessidades entre as camadas sociais geram conflitos que devem ser solucionados pelo poder público. Tais necessidades variam, como por exemplo, para a camada mais abastada da sociedade é imprescindível a segurança, enquanto para os mais necessitados é necessário alimento, isso se considerando demandas físicas. Além dessas demandas, existem, nesse contexto, outras necessidades para satisfazer os ideais do cidadão e que compõem o cenário de conflito.

Para solucionar o conflito de interesses, Rua<sup>10</sup> (2009, p. 16) diz “A administração do conflito, por sua vez, pode ser obtida por dois meios: coerção e a política”. Seguindo o que escreve Rua (2009), a solução de conflitos pela coerção tem como pontos negativos a revolta que causa nos atores conflitantes e os prejuízos materiais gerados pela operação. Em contrapartida, a solução dos problemas pela política ocorre pela negociação entre os atores envolvidos, tais como: sociedade, políticos e governo. Para Rua<sup>11</sup>(1988) “política consiste no conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam à resolução pacífica dos conflitos quanto a bens públicos”. É importante dizer que nem toda ação de governo consiste em uma política pública, normalmente essas ações resultam de uma decisão política. Com relação à diferença entre política pública e decisão política, Rua<sup>12</sup> (2009, p. 49) define as duas ações assim:

---

<sup>10</sup> RUA. M.da G. **Políticas Públicas**: Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC;[Brasília] : CAPS : UAB, 2009.

<sup>11</sup> RUA. M. da G. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos (1988).

<sup>12</sup> RUA, 1988.

Política pública geralmente envolve mais do que uma decisão e requer diversas ações estrategicamente selecionadas para implementar as decisões tomadas. Decisão política corresponde a uma escolha dentre um conjunto de possíveis alternativas, conforme a hierarquia das preferências dos atores envolvidos, expressando – em maior ou menor grau – uma certa adequação entre os fins pretendidos e os meios disponíveis.

As políticas públicas são implementadas para satisfazer necessidades da população. Essas necessidades podem ser de toda população ou de um determinado conjunto. São exemplos de políticas públicas no Brasil: o Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Fome Zero, do qual faz parte o Programa Bolsa Família. Embora o Programa Bolsa Família exija condicionalidades, não perde por isso seu caráter de política pública. Ele é, portanto, uma política pública de distribuição de renda e, de acordo com Rua (2009), pelo fato de não estar bem definido quanto cada ator perde com essa distribuição, ela tem pouca rejeição. Apesar disso, existem movimentos de rejeição em relação ao reajuste dos valores distribuídos em razão da grande repercussão do Programa em termos nacionais, em determinados momentos da vida política do país.

## 7 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Programa Bolsa Família é um dos principais programas do Programa Fome Zero, que tem como objetivo eliminar a miséria e estimular a população que se encontra em situação de pobreza e extrema pobreza a frequentar a escola, a participar dos programas de saúde e de assistência social. Foi criado pela Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003, convertida na Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004,

Art. 1º Fica criado, no âmbito da Presidência da República, o Programa Bolsa Família, destinado às ações de transferência de renda com condicionalidades.

Parágrafo único. O Programa de que trata o caput tem por finalidade a unificação dos procedimentos de gestão e execução das ações de transferência de renda do Governo Federal, especialmente as do Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação - "Bolsa Escola", instituído pela Lei nº 10.219, de 11 de abril de 2001, do Programa Nacional de Acesso à Alimentação - PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003, do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à saúde "Bolsa Alimentação", instituído pela Medida Provisória nº 2.206-1, de 6 de setembro de 2001, do Programa Auxílio-Gás, instituído pelo Decreto nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002, e do Cadastramento Único do Governo Federal, instituído pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001.

A partir da criação do Programa Bolsa Família, a meta do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome era universalizar os benefícios do programa alcançando a todas as famílias em situação de pobreza, 11,2 milhões de famílias, aproximadamente, aponta o relatório com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) de 2001.

O Caderno do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nº 03, ano 03 de agosto de 2008, aponta razões que justificaram a unificação dos Programas de Transferência de Renda condicionadas do governo federal. Nessas razões são mencionadas a melhoria da gestão e aumento da efetividade dos gastos e a introdução de uma concepção intersetorial. O Caderno SUAS (BRASIL, 2008) salienta que a formulação e execução de políticas públicas devem ser efetivamente orientadas por uma visão ampla de Governo e que o combate à pobreza e à exclusão tem de ter consideradas suas múltiplas dimensões. Ressalta, também, que se isolados, os programas de transferência de renda, tendem a reduzir sua capacidade de transformação.

Ainda conforme a SUAS (BRASL, 2008), a criação do Programa Bolsa Família inovou no âmbito dos programas de transferência de renda, da seguinte forma:

- Passou a proteger a família inteira ao invés do indivíduo. Isso sugere o fortalecimento do núcleo familiar em que as ações dos membros da família passam a ter reflexão para esta;
- Aumentou o valor dos benefícios pagos;
- Simplificou a gestão de todos os programas em um só. Com o processo de unificação obtém maior êxito no controle dos benefícios;
- Exigiu maiores compromissos das famílias atingidas, que devem ser encarados como propulsores para o desenvolvimento do cidadão pela inserção em programas de saúde, assistência social e educação;
- Potencializou as ações de governo, articulando União, Estados e Municípios. Dessa forma atrelou a participação dos entes federados aos programas e deles depende o menor ou maior resultado efetivo do Programa Bolsa Família de forma distinta para cada município.

A articulação dos Estados e principalmente dos municípios para operacionalização do programa Bolsa Família é fundamental, pois é no ambiente local que se tem conhecimento e percepção das necessidades da população. O gestor do Programa, sendo conhecedor dos costumes da sua comunidade terá mais facilidade para interagir, pois saberá conduzir as ações do programa de forma que melhor seja aceito pela comunidade. A importância da participação dos gestores municipais na condução do programa contempla uma das preocupações de Giglio (1999-2003, p. 17) que afirma: “Ignorar os governos locais é desperdiçar recursos técnicos e administrativos que podem ajudar e muito a melhorar a qualidade de vida da população atingida pela imensa desigualdade social do país”. A preocupação de Giglio era que as administrações municipais fossem excluídas da gestão do Programa, o que não ocorreu, pois, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome tem os municípios como aliados na operacionalização dos programas de distribuição de renda. Esta parceria é tão importante que o citado



Ministério disponibilizou curso de capacitação, na modalidade Ensino a Distância, aos gestores e técnicos usuários do Sistema de Gestão do Programa Bolsa Família.

## 7.1 NORMATIZAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

O Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007 criou o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Tem esse instrumento a função de identificar e caracterizar as famílias com renda mensal de até meio salário mínimo por pessoa ou de três salários mínimos no total. Assim, o Cadastro Único possibilita conhecer a realidade socioeconômica dessas famílias, trazendo informações de todo o núcleo familiar, das características do domicílio, das formas de acesso a serviços públicos essenciais e também dados de cada um dos componentes da família.

O Programa tem o objetivo de atender pessoas que vivem em situação de pobreza ou extrema pobreza, sendo a renda familiar um dos seus fatores de acessibilidade. Ele tende a garantir o direito humano à alimentação adequada, à educação e à saúde e viabiliza às famílias e a seus membros acesso a outros programas e políticas sociais do Governo Federal como: tarifa social de energia elétrica; tarifa social para abastecimento de água; cursos de alfabetização de jovens e adultos e de qualificação profissional; ações de geração de trabalho e renda e de melhoria das condições de moradia; isenção de taxa em concursos públicos federais.

Atualmente, o Programa Bolsa Família atende famílias com renda mensal de até R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa e que fazem parte do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Famílias com renda mensal entre R\$ 70,01 e 140,00 *per capita* ingressam no Programa se a composição familiar contemplar crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos. As famílias com renda mensal de até R\$ 70,00 por pessoa podem participar do Programa, não sendo necessário considerar a idade dos membros da família.

Com o propósito de valorizar o Programa Bolsa Família, a presidente Dilma Rousseff editou o Decreto nº 7.447, de 1º de março de 2011 que reajusta os benefícios em 19,40% na média. Para proteger melhor a faixa etária que mais necessita do programa para seu desenvolvimento físico e da capacidade de

aprendizado, o reajuste foi diferenciado. Assim, a faixa etária de zero a quinze anos recebeu um reajuste de 45,5%, no entanto, o reajuste para faixa etária de quinze a dezessete anos foi menor, recebeu reajuste de 15,2%. Os valores pagos para as diversas categorias de beneficiários estão demonstrados nas tabelas abaixo.

**Tabela 1 - Famílias extremamente pobres (renda familiar por pessoa de até R\$ 70,00)**

<b>Número de crianças e adolescentes até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Básico	R\$ 70,00
1	0	Básico + 1 variável	R\$ 102,00
2	0	Básico + 2 variáveis	R\$ 134,00
3	0	Básico + 3 variáveis	R\$ 166,00
0	1	Básico + 1 BVJ <sup>13</sup>	R\$ 108,00
1	1	Básico + 1 variável + 1 BVJ	R\$ 140,00
2	1	Básico + 2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 172,00
3	1	Básico + 3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 204,00
0	2	Básico + 2 BVJ	R\$ 146,00
1	2	Básico + 1 variável + 2 BVJ	R\$ 178,00
2	2	Básico + 2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 210,00
3	2	Básico + 3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 242,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fomes. Bolsa Família Informa, nº 257, 03 de março de 2011.

**Tabela 2 - Famílias pobres (renda familiar por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00)**

<b>Número de crianças e adolescentes até 15 anos</b>	<b>Número de jovens de 16 e 17 anos</b>	<b>Tipo de benefício</b>	<b>Valor do benefício</b>
0	0	Não recebe benefício básico	-
1	0	1 variável	R\$ 32,00
2	0	2 variáveis	R\$ 64,00

Continua

<sup>13</sup> BVJ – Bolsa Variável Jovem.

Conclusão

Tabela 2 - Famílias pobres (renda familiar por pessoa de R\$ 70,01 a R\$ 140,00)

Número de crianças e adolescentes até 15 anos	Número de jovens de 16 e 17 anos	Tipo de benefício	Valor do benefício
3	0	3 variáveis	R\$ 96,00
0	1	1 BVJ	R\$ 38,00
1	1	1 variáveis + 1 BVJ	R\$ 70,00
2	1	2 variáveis + 1 BVJ	R\$ 102,00
3	1	3 variáveis + 1 BVJ	R\$ 134,00
0	2	2 BVJ	R\$ 76,00
1	2	1 variáveis + 2 BVJ	R\$ 108,00
2	2	2 variáveis + 2 BVJ	R\$ 140,00
3	2	3 variáveis + 2 BVJ	R\$ 172,00

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fomes. Bolsa Família Informa, nº 257, 03 de março de 2011.

Os dados apresentados nas Tabelas 1 e 2 demonstram as diversas combinações da composição familiar que podem ser contempladas com o benefício do Programa Bolsa Família. Neste caso, famílias com renda de até R\$ 70,00 por componente recebem um benefício básico, mesmo que não tenham crianças na faixa etária de zero a quinze anos. No caso das famílias com renda de R\$ 70,01 a R\$ 140,00 não gozam do benefício básico. Esta é uma forma de garantir a todas as famílias uma renda mínima. No caso de famílias que tenham na sua composição crianças e adolescentes, os benefícios variáveis, além de complemento de renda que garante alimentação básica, garante pela condicionalidade do Programa a participação nos programas de saúde, matrícula e presença escolar para crianças e adolescentes.

## 8 MUNICÍPIO DE ROLANTE

O município de Rolante localiza-se na Encosta Inferior do Planalto, na Região Nordeste do Rio Grande do Sul, com área de 297,0 km<sup>2</sup> e segundo o Censo/2010 do IBGE tem 19.845 habitantes. A economia do município é baseada na indústria do setor de calçados que conta atualmente com 6.685 empregados, conforme dados do Sindicato dos Sapateiros de Rolante. A renda *per capita* anual, em 2008, conforme dados da Fundação de Economia e Estatística, registrado pelo IDESE<sup>14</sup>/2008, é de R\$ 9.971,00 e a taxa de analfabetismo atingiu 6,59% da população em 2010. A rede municipal de Ensino Fundamental é composta por onze Escolas, com 1.818 alunos com matrículas iniciais no ano de 2011, segundo dados da SMEEC<sup>15</sup>.

A sede do município conta com as escolas:

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Oldenburg, localizada na Rua Conceição, nº 2215, Bairro Grassmann, com 229 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Santo Antônio, localizada na Rua Armando Balduino Gutheil, nº 67, Bairro Santo Antonio, com 193 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Hugo Zimmer, localizada na Rua Pedro Carneiro Pereira, nº 281, Bairro Rio Branco, com 724 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Farroupilha, localizada na Rua Tenente Pedro Von Mühlhen, nº 3540, Bairro Rio Branco, com 61 alunos.

O interior do município conta com as seguintes escolas:

- Escola Municipal Klemens Bley, localizada no Km 17, na Estrada Velha, com 81 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Independência, localizada na RS 239, na localidade de Alto Rolante, com 127 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental General Osório, na localidade de Boa Esperança, com 15 alunos;

---

<sup>14</sup> IDESE – Índice de Desenvolvimento Socioeconômico.

<sup>15</sup> SMEEC – Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura.

- Escola Municipal de Ensino Fundamental Santa Terezinha, localizada na Av. Aguedina Dapper, nº 3267, na localidade de Alto Rolantinho, com 351 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Machado de Assis, na localidade de Mascarada, com 8 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Padre Réus, na localidade de Morro Grande, com 10 alunos;
- Escola Municipal de Ensino Fundamental Princesa Isabel, na localidade de Fazenda Passos, com 19 alunos.

A sede do município está contemplada com quatro escolas que atendem a 1.207 alunos, índice que alcança 66,3% das matrículas. As escolas do interior do município apresentam densidade de alunos bem diferente uma das outras. Neste grupo de escola, três, localizadas em regiões consideradas zonas urbanas fora da sede do município, têm o número de alunos semelhante ao das escolas da sede do município e atendem juntas a 559 alunos. Nas outras quatro escolas do interior, localizadas na zona rural, estão matriculados 52 alunos. A baixa densidade de alunos nas escolas da zona rural está relacionada a dois fatores. Um desses fatores é o reduzido número de habitantes das áreas rurais, o outro está relacionado ao transporte escolar, que leva alunos do interior para as escolas da sede, tornando-se assim, mais fácil, para um determinado número de alunos do interior, se deslocar até as escolas da sede do município.

#### 8.1 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE ROLANTE

No município de Rolante, o Programa Bolsa Família atende, conforme dados da Caixa Econômica Federal referentes ao mês de outubro de 2011, 576 famílias. Nessas famílias estão contempladas com o benefício 1.156 crianças e adolescentes. Nas escolas municipais de Ensino Fundamental, no mês de novembro de 2010, estavam contemplados com o Programa Bolsa Família, conforme dados levantados

no Projeto Presença<sup>16</sup>, 630 estudantes. As matrículas iniciais no ano de 2010, no Ensino Fundamental das Escolas Municipais de Rolante, foram 1.702, assim, no ano de 2010, 37% dos alunos da rede municipal estavam contemplados com o Programa Bolsa Família.

O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) tem sob sua responsabilidade os serviços de atendimento e proteção integral à família e objetiva manter a família integrada, cumprindo com as condicionalidades do Programa Bolsa Família. O trabalho realizado pelo CRAS repercute na frequência escolar dos alunos contemplados com o Programa Bolsa Família. Deve-se salientar que os centros atuam principalmente nas famílias menos estruturadas e que apresentam maior necessidade de acompanhamento.

O acompanhamento da presença escolar dos alunos beneficiários do Programa é feito através do Projeto Presença. As escolas repassam à SMEEC<sup>15</sup>, a cada dois meses, informação sobre a presença escolar, e esta, por sua vez, repassa ao CRAS os dados dos alunos que tiveram baixa frequência escolar e que necessitam acompanhamento. Dessa forma, todo aluno de seis a quinze anos de idade que apresentar índice de presença menor que 85% passa a ter acompanhamento. Esse procedimento, descrito pela assistente social como busca ativa para evitar evasão, ocorre também com alunos de 16 a 17 anos quando apresentarem índice de frequência inferior a 75%. Conforme informações da assistente social Izabel Lúcia Saccaro<sup>17</sup>, responsável pelo CRAS no município de Rolante/RS, no mês de novembro de 2011, treze alunos beneficiários do Programa Bolsa Família estavam recebendo acompanhamento devido à presença escolar ser inferior ao índice exigido.

A Secretária Municipal de Assistência Social do município de Rolante/RS, Alzira Rippel (2011)<sup>18</sup> ressalta a importância da integração entre as áreas da educação, saúde e assistência social para atingir os objetivos propostos pelo Programa Bolsa Família. Nesse sentido, em março de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), no Relatório de Prestação de Contas Anual, Relatório de Gestão 2010, apontou que:

---

<sup>16</sup> Projeto Presença – Informação de frequência por escola.

<sup>17</sup> Assistente social responsável pelo CRAS no município de Rolante/RS

<sup>18</sup> Alzira Rippel (2011) baseado em depoimento dado quando, em conversa informal no primeiro contato para execução deste trabalho, falava do PBF.

A gestão das condicionalidades consiste, no âmbito do PBF, não apenas no registro de informações sobre seu cumprimento e efeito nos benefícios, mas numa estratégia para identificação das famílias que se encontram em maior vulnerabilidade e risco social. Requerem, portanto, a realização de acompanhamento mais próximo por outras políticas (de saúde, educação, assistência social, trabalho e geração de renda, habitação, entre outras), de forma que as famílias<sup>1</sup> sejam atendidas nas dimensões determinantes das vulnerabilidades, para além da insuficiência de renda.

O Programa Bolsa Família tem a cada ano melhorado a integração entre as instâncias governamentais, União, Estados e Municípios, como defendia Giglio (1999-2003), quando falava da importância da integração entre as diversas instâncias do governo.

O capítulo a seguir estuda a influência do Programa Bolsa Família na Educação Básica, na rede de ensino municipal do município de Rolante/RS. O estudo tem foco na rede municipal por ter a escola pública maior concentração de alunos beneficiados pelo Programa.

## 9 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

O capítulo 7.1 tratou da normatização do Programa Bolsa Família e da implantação do Cadastro Único pelo Decreto 6.135 de 26 de junho de 2007, que é uma ferramenta utilizada pelos gestores do Programa no município para conhecer as necessidades das famílias e fazer o acompanhamento através do CRAS. A finalidade do acompanhamento pelo CRAS às famílias é dar a elas suporte para que atendam as condicionalidades impostas pelo Programa Bolsa Família. Para cumprir as condicionalidades vinculadas à educação, o Programa estabelece que as crianças e adolescentes estejam matriculados na escola e cumpram no mínimo 85% de presença, isso para crianças e adolescentes de seis a quinze anos de idade, para jovens de 16 a 17 anos a exigência é de 75% de presença. O objetivo é manter o aluno na escola por um período maior de tempo, dando a ele condições de aprendizado e formação básica. Na matéria Diminuindo a Diferença, Marina Almeida (2011) aponta que o Ministério da Educação e Cultura, ao cruzar dados em âmbito nacional do educacenso com dados de alunos beneficiários do Programa Bolsa Família, encontrou as seguintes variações: para alunos beneficiários do PBF a taxa de abandono ficou em 3,6%, indicador melhor que o da média nacional 4,8%.

A Tabela 3 traz dados da Educação Básica da rede de Ensino Municipal de Rolante e compreende os anos de 2006 a 2010. Nesse período, analisando o biênio 2006 e 2007, não ocorreu progresso significativo nos índices apresentados, tendo ainda dois, dos três indicadores, apresentado resultado negativo. No comparativo, 2007, 2008, 2009 e 2010, os resultados apresentados foram positivos nos três índices com destaque para o Índice de Abandono Escolar, que reduziu de 2,9% em 2007 para 0,3% em 2010. A análise dos dados da Tabela 3, no que se refere à taxa de aprovação, apresenta melhora progressiva a partir do ano base 2006, intensificando o resultado nos anos de 2008, 2009 e 2010, alcançando no período melhora de 6,6 pontos percentuais. A taxa de distorção idade/série passa a cair gradativamente nos anos de 2008 a 2010.



**Tabela 3 - Indicadores da Educação Básica da Rede de Ensino Municipal do Município de Rolante/RS no período de 2006 à 2010**

<b>Ano</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
Taxa de aprovação %	88,3	88,7	91,1	92,6	94,9
Taxa de Distorção idade/série %	21,5	21,6	20,4	19,7	17,2
Taxa de Abandono Escolar %	2,5	2,9	1,4	0,5	0,3

Fonte: Elaborada pelo autor com dados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser. Disponíveis em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame\\_resultadosVar.asp](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/frame_resultadosVar.asp)>. Acesso em: 05 nov. 2011.

Na série de anos apresentados na Tabela 3, os resultados passam a ser positivos quando tomando por base o ano de 2007, ano de implantação do Cadastro Único, no qual o acompanhamento das famílias e o controle das condicionalidades ficam facilitados pela integração do programa em suas diversas áreas de atuação.

A Tabela 4 apresenta os quantitativos de alunos reprovados a cada grupo de cem na Educação Básica da rede de ensino municipal de Rolante/RS, apresenta, ainda, o quantitativo de alunos nas situações de distorção idade/série e abandono escolar. Diferente da Tabela 3, que apresenta índices do universo total de alunos na condição estudada no município. A taxa de alunos reprovados, considerando o número destes alunos em 2006, reduziu no período 2007 a 2010 em 56,14%. O número de alunos em situação de distorção idade/série reduziu em 20% nesse período e o resultado mais expressivo ocorre na taxa de abandono escolar, que reduziu para o grupo de alunos apresentados na tabela, 88%.

**Tabela 4 - Indicadores para grupos de 100 alunos matriculados na Educação Básica do ensino municipal em Rolante período 2007 a 2010 tomando por base o ano de 2006**

<b>Situação</b>	<b>2006</b>		<b>2007</b>		<b>2008</b>		<b>2009</b>		<b>2010</b>	
	<b>Número de alunos</b>	<b>Índice (%)</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Índice (%)</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Índice (%)</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Índice (%)</b>	<b>Número de alunos</b>	<b>Índice (%)</b>
Reprovados	11,7	0	11,3	-3,49	8,9	-21,24	7,4	-36,75	5,1	-56,14
Distorção idade/série	21,5	0	21,6	0,47	20,4	-5,12	19,7	-8,37	17,2	-20
Abandono Escolar	2,5	0	2,9	16	1,4	-44	0,5	-80	0,3	-88

Fonte: Elaborada pelo autor com base nos dados da Tabela 03

Pelo enfoque dado na Tabela 4, ao trabalhar este grupo, evidencia o progresso nos resultados dos itens nela referidos, com destaque para queda na reprovação e abandono escolar.

O índice de presença escolar dos alunos da Educação Básica, com idade entre seis e quinze anos, da rede de ensino municipal no município de Rolante/RS está apresentado na Tabela 5. Os dados disponíveis no Projeto Presença, fonte desta tabela, apresentam o quantitativo e índice de alunos que têm presença igual ou maior que 85%, menor que 85% e alunos sem informação.

**Tabela 5 - Presença de alunos, faixa etária 06 a 15 anos, contemplados com PBF na Educação Básica da Rede Municipal no Município de Rolante nos anos de 2007 a 2010 - meses de novembro**

Ano/mês	Índice de Presença Maior que 85 %		Índice de Presença Menor que 85%		Sem informação		Total de alunos
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
2007/novembro	694	98,43	11	1,57	0		705
2008/novembro	563	95,10	3	0,51	26	4,39	592
2009/novembro	695	98,59	8	1,13	2	0,28	705
2010/novembro	617	99,68	2	0,32	0	0	619

Fonte: Elaborada pelo autor a partir dos dados do projeto presença fornecidos pela SMEEC

O índice de alunos com frequência menor que 85% é baixo no período apresentado. O ano de 2007 apresenta o maior índice. Apresentou queda no período haja vista que no ano de 2010 o índice foi de 0,32%. Tem alternância nos índices, mas o índice de presença escolar inferior a 85% foi decrescente no período constante na tabela. Quando analisamos o índice de presença maior que 85%, em novembro de 2008, constatamos um índice de 95,10%, bem menor que nos outros anos. Cabe salientar que isso ocorre em função do número de alunos dos quais não se tem informação. No ano de 2010 o índice de alunos com mais de 85% de presença atingiu 99,68%. O relatório de prestação de Contas Anual do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, relatório de Gestão 2010, diz que:

Com relação à presença escolar, para essa faixa etária, o percentual de alunos com frequência inferior a 85% às aulas no último período de 2010 foi de 3,3%, um pouco acima do mesmo período de 2009 (2,5%). Portanto, 96,7% dos alunos acompanhados cumpriram com a condicionalidade de educação no último período de 2010.

Comparando a Tabela 5 com o que traz o relatório do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, percebe-se que no ano de 2009 o índice de presença teve queda na Educação Básica da rede municipal de Rolante, bem como no país inteiro, como apresenta o Relatório de Gestão de 2010. Os índices apresentados em Rolante são melhores no comparativo com o Brasil, pois em Rolante o índice de presença inferior a 85% foi de 0,32% e no país chegou a 3,3%.

Um dos fatores que interfere na exatidão do índice de presença dos alunos beneficiários do Programa Bolsa Família é o número de alunos sem informação. Esta situação ocorre com os alunos que se transferem de uma escola para outra, sem apresentar a devida documentação de transferência. A escola é obrigada a aceitar o aluno mesmo sem a documentação e, segundo informações da SMEEC, em alguns casos o aluno já está na terceira escola sem ter regularizado sua situação. Consultando os relatórios do Projeto Presença, constata-se que este fato ocorre com muita intensidade nos meses de fevereiro e março. Na Tabela 5, no mês de novembro de 2008, 4,39% dos alunos se encontravam nessa situação. Essa também é uma preocupação apresentada no Relatório de Gestão de 2010, em que são sugeridos procedimentos para melhorar essa deficiência,

Para ampliação do percentual de acompanhamento acredita-se ser fundamental manter uma sistemática de cruzamento das bases de dados com o Censo Escolar, que permite identificar a mudança de escola dos alunos das famílias beneficiárias. Esse processo vem sendo aperfeiçoado pelo esforço comum realizado pelo MDS, Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP).

A Tabela 6 apresenta dados relativos à presença de alunos com idade entre 16 e 17anos, nessa faixa etária o índice exigido para que o aluno cumpra a condicionalidade da educação é 75% de frequência escolar.

**Tabela 6 - presença de alunos, faixa etária 16 a 17 anos, contemplados com PBF na Educação Básica da Rede Municipal no Município de Rolante no Ano de 2008 a 2010 - mês de novembro**

Ano/mês	Índice de Presença Maior que 75 %		Índice de Presença Menor que 75%		Sem informação		Total de alunos
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	
2008/novembro	16	64,00	8	32,00	1	4	25
2009/novembro	12	80,00	1	6,67	2	13,33	15
2010/novembro	11	100,00	0	0,00	0	0,00	11

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do projeto presença fornecido pela SMEEC

Neste caso, o índice de presença igual ou superior a 75% é menor no mês de novembro de 2008 tendo aumento em 2009 e atingindo 100% no ano de 2010. Mesmo sendo um número reduzido de alunos, nos anos de 2008 e 2009, ocorreu de alunos, no mês de novembro, ainda não terem encaminhado à escola a documentação exigida para regularizar a transferência e assim constam nos dados do Projeto Presença como alunos sem informações.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho foi baseado em informações existentes em livros, artigos, revistas, informações disponibilizadas pelo Governo Federal, Caixa Econômica Federal, na Legislação Brasileira, Ministério das Cidades, Ministério da Educação e dados disponibilizados por órgãos do município de Rolante/RS.

Com o objetivo de investigar em que medida o Programa Bolsa Família conseguiu atingir os benefícios previstos para população em fase de Educação Básica da rede de ensino municipal de Rolante/RS, no período entre 2007 e 2010, o trabalho caracteriza e analisa pontos específicos.

O programa Bolsa Família beneficiou, no município de Rolante/RS no mês de outubro de 2010, 576 famílias que, por sua vez, tinham 1.156 crianças, adolescentes e jovens beneficiários do Programa sob sua guarda.

A Rede de Ensino público municipal de Rolante é composta por onze escolas, quatro dessas escolas estão localizadas na sede do município. Das escolas localizadas no interior do município, três têm número de alunos semelhante aos das escolas da sede do município. No ano de 2010, último ano que compõe o período estudado, nas escolas da rede de ensino municipal constavam 1.702 alunos com matrícula iniciais. Conforme dados levantados no Projeto Presença, 630 alunos na Rede Municipal de Ensino estavam contemplados com o Programa Bolsa Família, sendo assim, 37% dos alunos contemplados com o Programa.

Os dados da Tabela 3, que trata dos Indicadores da Educação Básica da Rede de Ensino Municipal do Município de Rolante/RS no período de 2006 a 2010, demonstram um melhor aproveitamento escolar. O índice de aprovação apresentou uma melhora de 6,6%, passando de 88,3% para 94,9%, o índice de distorção escolar idade/série caiu em 4,3%, com redução expressiva a taxa de abandono escolar caiu de 2,5% para 0,3%. Ainda com base nos indicadores da Tabela 3, a Tabela 4 trabalha com o número de alunos a cada grupo de cem no período referido e constata redução de 56,14% no número de reprovação, redução de 20% no número de alunos em situação de distorção idade/série, o número de alunos em situação de evasão escolar reduziu em 88%.

O índice de presença, igual ou maior que 85% de frequência escolar, dos alunos da Educação Básica na Rede de Ensino Municipal, na faixa etária de seis a quinze anos de idade contemplados com o Programa Bolsa Família, é de 98,43% em 2007, 95,10% em 2008, 98,59% em 2009 e 99,68% em 2010, dados referentes ao mês de novembro de cada ano. O índice cai em 2008, em função do número de alunos dos quais não se tem informação, que é de 4,39%, no ano de 2009 esse índice é de 0,28%, conforme dados apresentados na Tabela 5.

Para os alunos com faixa etária entre 16 e 17 anos, contemplados com o Programa, a Tabela 6 apresenta o índice de alunos com frequência igual ou superior a 75%. No período de 2008, primeiro ano em que o programa contempla essa faixa etária, a 2010. Nessa série de anos, em 2008 o índice de alunos com frequência igual ou superior a 75% foi de 64%, com 4% de alunos sem informação, em 2009 esse índice aumentou para 80% e os alunos sem informação atingiram 13,33% em 2010, o índice de alunos com presença superior a 75% foi de 100%.

Baseado nos resultados obtidos neste estudo, que tomou como referência o ano de 2006, pode-se afirmar que o Programa Bolsa Família tem influência positiva na Educação Básica da Rede de Ensino Público do município de Rolante/RS. Essa afirmativa se evidencia na majoração progressiva dos índices de aprovação escolar, e na expressiva redução da taxa de evasão escolar.

O estudo sobre o índice de frequência escolar dos alunos contemplados com o Programa Bolsa Família fica prejudicado por dois aspectos. O Projeto Presença, fonte de dados deste estudo, recebe informações do número de alunos com frequência igual ou maior ao mínimo exigido, informa ainda o número de alunos que está abaixo do exigido e os alunos sem informação. O número de alunos sem informação escolar não consta do índice de presença informado, pois os alunos não entregaram na escola a documentação de transferência. Para evitar distorções no índice de presença, é necessário implantar melhorias no acompanhamento dos alunos com transferência escolar. No relatório de Gestão de 2010 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome consta esta sugestão aos órgãos envolvidos.

Considerando que o estudo utilizou, exceto para o índice de frequência escolar, o universo de alunos matriculados na rede municipal pública do município

de Rolante/RS é importante a realização de estudos futuros utilizando apenas os alunos contemplados com o Programa Bolsa Família.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marina. Políticas Públicas - Diminuindo a Diferença. **Revista Escola Pública**. Ano IV. n.19 . p 53 – fev. 2011. ED. Segmento.

BRASIL. Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família. **In: Congresso Nacional**. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2004. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm)> Acesso em: 01 nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para os programas sociais do Governo Federal e da outras providências. **In: Congresso Nacional**. Legislação Republicana Brasileira. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>>. Acesso em: 12 nov. de 2011.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.447 de 1º de março de 2011. **Dá nova redação ao art. 19 do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004**. Presidência da República. Casa Civil.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Financiamento da Assistência Social no Brasil. **Caderno SUAS**. ano 3, nº 3. Brasília: 2008.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Programa Bolsa Família**. Agenda da Família, 2010.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Bolsa Família Informa**. nº 257, 03 de março de 2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Secretaria Nacional de Combate a Fome**. Relatório de Gestão, 2010.

**FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRID EMAUEL HEUSER - FEE- IDESE 2010**. Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/menu\\_consultas.asp?tp\\_Pesquisa=var\\_Anuar](http://www.fee.rs.gov.br/feedados/consulta/menu_consultas.asp?tp_Pesquisa=var_Anuar)>. Acesso em: 05 nov. de 2011.

GIGLIO, C. A. **Municípios: idéias, reflexões e expectativas**. Ed. Free Press Editorial Ltda. (1999-2003).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 01 nov. de 2011.

IPEA - Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada . **Objetivos do Desenvolvimento do Milênio**. Relatório Nacional de Acompanhamento. Brasília: 2010.

LANGONI, C. G. **A Economia da Transformação: Mudanças na distribuição de renda no Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olimpio Editora, 1978.



MEC - Ministério de Educação e Cultura. Frequência 85%(antigo BFA) **Projeto Presença**: informação de frequência por escola, meses out. nov.(2007 a 2010). Região: sul. Est. RS. Mun. Rolante. Disponível em: <file:///C:/Users/INFORM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$EX00>. Acesso em: 21 nov. 2011.

\_\_\_\_\_.- Ministério de Educação e Cultura. Frequência 75% (antigo BVJ) **Projeto Presença**: informação de frequência por escola, meses out. nov. (2008 a 2010). Região: sul. Est. RS. Mun. Rolante. Disponível em: <file:///C:/Users/INFORM~1/AppData/Local/Temp/Rar\$EX00>. Acesso em: 24 nov. 2011.

PETTA, N. L. de. O Sistema Colonial. **UNO Sistemas de Ensino**. América Portuguesa. Módulo de História. [S.l.: S.n., 200-].

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Medida Provisória nº 132, de 20 de outubro de 2003**. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/mpv/Antigas\\_2003/132.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2003/132.htm)>. Acesso em: 01 nov. 2011.

RUA. M. da G. **Análise de Políticas Públicas**: Conceitos Básicos. 1988. Disponível em:<[http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol\\_publicas.PDF](http://vsites.unb.br/ceam/webceam/nucleos/omni/observa/downloads/pol_publicas.PDF)>. Acesso em: 02 dez. 2011.

\_\_\_\_\_. M. da G. **Políticas Públicas**: Políticas Públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC;[Brasília] : CAPS: UAB, 2009.

SMEEC – Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Cultura de Rolante/RS. Documento Interno.

SUPLICY. E. M. Programa Fome Zero do Presidente Lula e as Perspectivas de Renda Básica e a Cidadania no Brasil. **Saúde e Sociedade**. v. 12, n.1, jan.-jun. 2003. p. 61-71.Disponível m:<<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v12n1/09.pdf>>.Acesso em: 10 de out. 2011

VALENTE, F. L. S. **Direito Humano à Alimentação**: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez, 2002.